



PARECER PRÉVIO Nº 5/2022 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11320/2018.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Manaquiri.
- 4- **Exercício:** 2017.
- 5- **Responsável:** Jair Aguiar Souto (Prefeito Municipal).
- 6- **Advogado:** Amanda Gouveia Moura - OAB/AM 7222, Fernanda Couto de Oliveira - OAB/AM 011413, Elizabeth Cristina V. de Menezes - OAB/AM 13962, Bruno Vieira da Rocha Barbirato - OAB/AM 6975, Fábio Nunes Bandeira de Melo - OAB/AM 4331, Lívia Rocha Brito – OAB/AM 6474 e Igor Arnaud Ferreira - OAB/AM 10428.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI e DICOP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 7939/2019-DMP, Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Luiz Henrique Pereira Mendes.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Manaquiri. Exercício de 2017.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a aprovação das contas anuais.

10- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art. 127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts. 1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, a proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor Relator, que acolheu em sessão o voto-vista da Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues do Santo, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

- 10.1. **Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a aprovação** da Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Manaquiri, exercício de 2017, de responsabilidade do **Sr. Jair Aguiar Souto** - Prefeito à época, com fundamento no art. 127 da Constituição Estadual de 1989, e art. 18, I, da Lei Complementar nº 06/91 c/c os artigos 1º, I, e art. 29, da Lei nº 2423/96 e art. 3º, III da Resolução TCE 09/97, tendo em vista que, estritamente ao que tange às contas de governo, o gestor atendeu ao(s) (i) gastos mínimos com educação; (ii) gastos mínimos com saúde; (iii) limite máximo de despesa total com pessoal; (iv) nível máximo de endividamento do ente; (v) limites máximos de abertura de créditos adicionais; e (vi) princípios de transparência na gestão fiscal.



PARECER PRÉVIO Nº 5/2022 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 11- Ata:** 10ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
12- Data da Sessão: 29 de março de 2022.
13- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente, em sessão), Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto e Alber Furtado de Oliveira Júnior (Convocado).
13.1. Auditor presente e Relator: Luiz Henrique Pereira Mendes.
14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Presidente, em sessão

LUIZ HENRIQUE PEREIRA MENDES
Auditor-Relator

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA NETO
Conselheiro

ALBER FURTADO DE OLIVEIRA JÚNIOR
Conselheiro-Convocado

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral



ACÓRDÃO Nº 5/2022 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 5/2022 – TCE – Tribunal Pleno)

- 1- **Processo TCE - AM nº 11320/2018.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Manaquiri.
- 4- **Exercício:** 2017.
- 5- **Responsável:** Jair Aguiar Souto (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Amanda Gouveia Moura - OAB/AM 7222, Fernanda Couto de Oliveira - OAB/AM 011413, Elizabeth Cristina V. de Menezes - OAB/AM 13962, Bruno Vieira da Rocha Barbirato - OAB/AM 6975, Fábio Nunes Bandeira de Melo - OAB/AM 4331, Lívia Rocha Brito - 6474 e Igor Arnaud Ferreira - OAB/AM 10428.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI e DICOP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 7939/2019-DMP, Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Luiz Henrique Pereira Mendes.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Manaquiri. Exercício de 2017.

Determinação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor Relator, que acolheu em sessão o voto-vista da Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues do Santo, e que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Determinar** à Secretaria de Controle Externo-SECEX que tome as medidas cabíveis para a autuação de processos apartados, que deverão ser devidamente instruídos, respeitando-se a competência de cada órgão técnico, as documentações carreadas referentes as impropriedades atinentes às contas de gestão mencionadas nas Peças Técnicas.
- 10.2. **Determinar** à Secretaria do Tribunal Pleno que dê ciência do desfecho destes autos aos interessados, bem como à Câmara Municipal de Manaquiri e à Prefeitura Municipal.

- 11- **Ata:** 10ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
- 12- **Data da Sessão:** 29 de março de 2022.



ACÓRDÃO Nº 5/2022 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 5/2022 – TCE – Tribunal Pleno)

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente, em sessão), Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto e Álber Furtado de Oliveira Júnior (Convocado).

13.1. Auditor presente e Relator: Luiz Henrique Pereira Mendes.

14- Representante do Ministério Público: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Presidente, em sessão

LUIZ HENRIQUE PEREIRA MENDES
Auditor-Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral